**O regresso dos exames do 4º ano: escola, crianças e dinâmicas familiares na blogosfera**

1. **Exames do 4º ano na blogosfera – introdução a um campo de pesquisa**

No ano lectivo 2012/2013 Portugal reintroduziu os exames nacionais no 4º ano de escolaridade (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho; Despacho normativo n.º 24-A/2012), trinta e nove anos depois de estes terem sido extintos do sistema educativo português.

Agora presentes nas rotinas dos actores escolares de todos os níveis de ensino, os exames alimentam, por um lado, a indústria dos media tradicionais, através da fabricação anual dos *rankings* de escolas e, por outro, um conjunto crescente de serviços comerciais que anunciam nos novos media explicações, técnicas de treino, enunciados, resoluções e horas de apoio para preparar os alunos para estas provas (Neto-Mendes, 2014).

Entendidos por muitos Estados da Europa como relevantes instrumentos “de medição e controlo da qualidade do ensino e de planeamento dos sistemas educativos” (2010, EURYDICE), a reintrodução dos exames numa fase de escolarização tão precoce em Portugal terá certamente contribuído para a difusão da ideologia da competição e do empreendedorismo em voga, dando corpo aos objectivos políticos de rigor, exigência e excelência no sistema educativo nacional, amplamente proclamados pelo Ministro da Educação, Nuno Crato, mas já enunciados por anteriores governos, desde que a qualidade na educação entrou na agenda política europeia em meados dos anos noventa (Afonso, 1998; Antunes, 2001; Magalhães & Stoer, 2002, Teodoro, 2001). Parecendo justificar-se por possibilitar a comparação internacional de resultados neste nível de ensino, constata-se que Portugal é, afinal, um dos poucos países europeus onde existem exames nacionais no 4º ano, tornando-se, por isso, particularmente relevante analisar o impacto desta medida.

Se há já um conjunto de pesquisas que têm estudado os efeitos da implementação dos exames nas práticas lectivas dos professores do ensino secundário (Martins, 2011; Neves, Pereira, & Nata, 2014), nas estratégias familiares de investimento no sucesso escolar dos filhos (Van Zanten, 1996; Antunes & Sá, 2010) e no relacionamento dos jovens com a escola (Torres, 2014; Palhares, 2014), nada se sabe acerca das consequências da introdução dos exames no quotidiano dos docentes, famílias e crianças do 1º ciclo. Este nível de ensino tem sido, aliás, bastante descurado do ponto de vista científico e, no entanto, é nele que se começam a construir as desigualdades escolares e os percursos de insucesso e abandono escolar (Justino *et al.*, 2014).

As consequências desta medida política no percurso escolar das crianças não são, portanto, ainda conhecidas cientificamente, mas isso não inviabilizou que fosse alvo de um forte debate público e contestação nos media, à semelhança do que sucedeu no início da década de 2000, após a realização do primeiro *ranking* de escolas baseado nas classificações dos exames nacionais do 12º ano de escolaridade (Melo, 2005). Todavia, do ponto de vista da expressão de opinião mediatizada, a contenda sobre os exames do 4º ano apresenta como característica inovadora o facto de se ter expandido aos novos media (ao invés do ocorrido no início da década de 2000) e ter vindo a ser alimentada nas redes sociais e na blogosfera desde 2012.

Pressupondo que os exames nacionais no 4º ano de escolaridade poderão ter introduzido no primeiro ciclo fenómenos idênticos aos ocorridos no ensino secundário, ao nível dos processos de ensino-aprendizagem, provocando efeitos significativos em termos das desigualdades de escolarização, desenvolvemos uma pesquisa com o objectivo de analisar o impacto da introdução dos exames nacionais no 4º ano de escolaridade nas dinâmicas familiares, a partir dos discursos dos agentes sociais que participaram na blogosfera[[1]](#footnote-1).

A recolha de dados incidiu nos novos media e circunscreveu-se à blogosfera, por reconhecermos a) os limites da produção de opinião nos media tradicionais relativamente a uma participação social democratizada do ponto de vista sociodemográfico e cultural (Melo, 2005; 2009); b) as desvantagens das técnicas de investigação clássicas, concretamente das entrevistas, na obtenção de opiniões isentas de filtros sociais e cognitivos que dêem conta das atitudes efectivamente desenvolvidas pelos actores sociais (Bourdieu, 1993; Kaufmann, 1996). Na blogosfera, a expressão de opinião individual e colectiva não se encontra ainda sujeita a muitas das lógicas organizacionais e rotinas de produção noticiosa que caracterizam os media tradicionais (Wolf, 1995; Saperas, 1993). Assim, a análise de blogues poderia permitir a captação de registos discursivos mais livres e espontâneos, dificilmente expressos em contextos de difusão de opinião muito regulamentados ou em contextos mais formais, como o das entrevistas realizadas no âmbito de investigações científicas. Campo mediático ainda pouco explorado pela Sociologia, a análise da blogosfera apresentaria, em suma, como vantagem a possibilidade de captarmos um leque mais alargado de opiniões e de descrições mais fidedignas das subjetividades e das práticas educativas dos actores sociais relativamente aos exames do 4º ano, expressas por intervenientes muito diferenciados em termos socioculturais e demográficos.

Partindo destes pressupostos, este estudo procurou compreender as concepções de escola e de crianças veiculadas na blogosfera, a propósito dos exames do 4º ano, e desvendar as dinâmicas familiares que tenderão a ser realizadas em consequência desta medida. A pesquisa empírica desenvolvida, limitada a páginas de Portugal, escritas em português, abrangeu os motores de busca *google, yahoo* e *bing* e os portais de informação *sapo* e *clix.* As expressõesutilizadas foram *ʺexames nacionais do 4º anoʺ, ʺexames nacionais do 4º ano blogsʺ e ʺprovas finais do 4º anoʺ.* Recolheram-se 159 posts, publicados entre 26 de Março de 2012 e 10 de Maio de 2015, em 50 blogues.

A análise de conteúdo quantitativa e qualitativa realizada a estes posts permite-nos começar por apresentar, neste texto, uma caracterização geral do perfil sociográfico dos bloguers que participaram no debate sobre os exames do 4º ano. O facto de nos encontrarmos a trabalhar com um campo de análise muito dinâmico e em permanente construção obrigou-nos, entretanto, a excluir os posts de 2015[[2]](#footnote-2) e a definir um *corpus* estabilizado, composto pelos posts publicados entre 2012-2014 (111 posts em 37 blogues). Será com base na análise de conteúdo aos 111 posts que procuraremos depois responder às questões: (i) Quais os posicionamentos dos bloguers relativamente à existência destes exames?; (ii) Que concepções de escola, crianças e educação familiar revelaram na sua argumentação?; (iii) Que tipo de efeitos nas práticas educativas é possível vislumbrar-se através dos seus registos discursivos?

1. **Universo dos blogues: radiografia sociográfica**
   1. **Quem participa na blogosfera?**

Os dados recolhidos permitem-nos caracterizar o universo de 50 blogues, segundo o sexo, a origem geográfica, o estatuto socioprofissional dos bloguers e os principais temas tratados nos 159 posts.

**Quadro 1 – Número de blogues por sexo, local e estatuto socioprofissional dos bloguers**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Sexo** | Feminino | 24 |
| Masculino | 20 |
| Ambos os sexos | 6 |
| **Local** | Alentejo | 2 |
| Área Metropolitana de Lisboa | 18 |
| Centro | 8 |
| Norte | 2 |
| Sem informação sobre localidade[[3]](#footnote-3) | 20 |
| **Estatuto socioprofissional** | Professor do 1º CEB | 3 |
| Professores de outros níveis de ensino | 17 |
| Outras profissões intelectuais e científicas | 16 |
| Pessoal semi-qualificado | 4 |
| Sem informação sobre profissão e qualificações[[4]](#footnote-4) | 10 |

A distribuição por sexo poderia levar-nos a pensar que o mundo da blogosfera se encontra relativamente dominado pelas mulheres, já que 25 pertencem ao sexo feminino, 19 ao masculino e 6 são mistos (assinados por ambos os sexos) (Quadro 1). Todavia, se há mais blogues femininos nos quais se reflecte sobre os exames do 4º ano, são os homens que escrevem mais regularmente sobre o tema e se encarregam de o manter na agenda da blogosfera: dos 159 posts publicados nestes blogues entre 26 de Março de 2012 (primeiro post encontrado na pesquisa sobre os exames do 4º ano) e 10 Maio de 2015 (data em que terminámos a primeira etapa da pesquisa empírica), 104 foram escritos por homens e 55 por mulheres.

Nesta radiografia sociográfica dos bloguers salienta-se o peso de autores localizados na Área Metropolitana de Lisboa e o facto de a maioria ser professor. E se estes leccionam em vários níveis de ensino, não deixa de ser muito curioso constatar a reduzida participação dos docentes do 1º ciclo do ensino básico, afinal, os principais afectados pelos exames do 4º ano, em comparação com os dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, secundário e superior.

Os restantes bloguers, na sua generalidade mulheres, também exercem actividades bastante qualificadas do ponto de intelectual e científico (deputadas, jornalistas, psicólogas), sendo muito pouco expressivo o número dos que estão integrados nas profissões semi-qualificadas (assistentes administrativas e empresárias em nome individual com o 12º ano). Concluímos, assim, que a diversidade sociodemográfica e cultural dos participantes no debate produzido na blogosfera a propósito dos exames do 4º ano de escolaridade é bem menor do que havíamos pensado. Tal como os *opinion makers* dos media tradicionais, também estes bloguers são indivíduos pertencentes às classes médias urbanas qualificadas, não sendo, portanto, representativos da população portuguesa, nem concretamente dos principais actores educativos alvo deste estudo: professores do 1º ciclo do ensino básico, famílias e crianças.

Por sua vez, as temáticas que ocupam os bloguers são bastante mais abrangentes do que as que são objecto de atenção na imprensa escrita de referência. Além dos temas da actualidade analisados, *i.e.*, os do domínio da *Política, Economia, Educação, Cultura e Sociedade* e dos bloguers que se dedicam exclusivamente às questões da *Educação* - respectivamente em 18 e 4 blogues -, encontrámos outros assuntos que não costumam integrar a agenda dos *opinion makers* “tradicionais”, sendo estes respeitantes aos temas do *Quotidiano, Família e Maternidade/Paternidade* (Quadro 2). O destaque que lhes é atribuído por muitos bloguers é, inclusivamente, superior aos anteriores, já que ocupam totalmente o conteúdo de 18 blogues e estão presentes noutros 10.

**Quadro 2: Principais temas dos blogues**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Temas** | | **N** |
| **Actualidade/genéricos:** | *Educação, Política, Sociedade, Economia, Cultura* | 18 |
| *Educação* | 4 |
| Subtotal | 22 |
| **Quotidiano/vivências pessoais:** | *Quotidiano, Família, Maternidade/Paternidade* | 18 |
| *Quotidiano, Família, Maternidade, Psicologia, Educação Especial* | 2 |
| *Quotidiano, Família, Educação, Política, Sociedade* | 8 |
| Subtotal | 28 |

Estes últimos, para além de fornecerem orientações do domínio da *Psicologia e da Educação Especial*, também escrevem sobre o *Quotidiano, a Família e a Maternidade* ou associam a estas questões análises sobre *Educação, Política e Sociedade*. Regista-se, pois, a presença de um conjunto de temas, conotados habitualmente com “interesses femininos”, que antecipam a importância das vozes das mulheres na blogosfera.

* 1. **Contornos de um debate marcado pelo género**

O cruzamento das variáveis sexo, estatuto socioprofissional, proveniência geográfica e temáticas analisadas nos blogues, através de uma análise ACM (análise de correspondências múltiplas) (Gráfico 1), permitiu-nos identificar três perfis distintos de blogues e confirmar a importância das bloguers femininas neste universo. Identificámos, assim, um perfil composto por blogues masculinos, escritos por professores de vários níveis de ensino (exceptuando o 1º ciclo), dedicados aos temas *Educação, Política, Sociedade, Economia e Cultura*; um segundo perfil integrado por blogues femininos, cujas autoras sobre as quais conseguimos obter informações pertencem ao grupo dos outros profissionais intelectuais e científicos e ao grupo do pessoal semi-qualificado, que privilegiam temas do *Quotidiano, Família, Maternidade/Paternidade* e temas da *Psicologia e Educação Especial*; e um terceiro perfil onde se incluem os blogues de professores do 1º ciclo que se ocupam exclusivamente da temática *Educação*.

**Gráfico 1 - Perfis dos blogues – ACM**

[inserir gráfico 1]

Não obstante as vantagens da ACM na identificação dos três perfis anteriores, a análise qualitativa dos conteúdos dos cinquenta blogues possibilitou-nos, ainda, definir um quarto perfil, onde se encontram blogues maioritariamente femininos, assinados por professoras dos diferentes níveis de ensino ou mulheres que desempenham outras profissões intelectuais e científicas, que escrevem sobre temas do *Quotidiano, Família e**Educação* e simultaneamente sobre *Política e Sociedade.*

No cruzamento da ACM com a análise de conteúdo qualitativa, é possível constatar que as mulheres têm mais blogues do que os homens, dedicam-se essencialmente às questões do *Quotidiano, Família, Maternidade/Paternidade* (*i.e.*, aos cuidados de beleza, culinária, moda, assuntos domésticos, articulação família-actividade profissional e bem estar dos filhos) e nunca escrevem exclusivamente centradas nos temas da *Educação, Política, Sociedade e Cultura*. Quando se referem a estas últimas temáticas, relacionam-nas invariavelmente com as suas preocupações pessoais sobre o seu dia-a-dia e/ou o da sua família.

Por seu lado, os autores masculinos focam-se somente em temas alusivos à educação e/ou de índole política, económica, cultural ou social. Só encontramos dois homens que escrevem a propósito do seu quotidiano e/ou da sua família, abordando questões alusivas à parentalidade mas a sua participação inscreve-se em blogues mistos de natureza familiar, ou seja, em blogues do casal da autoria de ambos os cônjuges.

Mais informados relativamente às novidades legislativas aplicadas ao sistema educativo, por serem, na sua esmagadora maioria, professores e por se revelarem atentos participantes em discussões políticas sobre a actualidade, compreende-se, por outro lado, que quem tenha lançado o debate sobre a existência de exames no 4º ano tenham sido precisamente os bloguers do perfil 1 - durante o ano de 2012 apenas surgiram posts com reacções à notícia “*vão ser introduzidos exames no 4º ano*” em blogues do perfil 1 (exceptuando um blogue do perfil 4), tendo alguns reagindo somente naquele ano.

Igualmente digna de nota é a constatação de que alguns bloguers do perfil 2, mulheres que escrevem essencialmente a partir da sua condição social de mães, só se terem manifestado sobre o tema dos exames quando os seus filhos atingiram o 4º ano de escolaridade e foram directamente afectados por eles. As diferenças de género que estes resultados desvendam tornam-se mais acentuadas quando analisamos detalhadamente, ainda que a título exploratório, o conteúdo dos posts publicados entre 2012 e 2014.

1. **A genderização do debate**
   1. **Tons, formas e conteúdos**

Nos 37 blogues e 111 posts analisados encontrámos as oposições de género anteriormente assinaladas e aprofundamos a sua substância. Enquanto os homens se identificam através do seu estatuto socioprofissional e raramente revelam a sua condição de pais, as mulheres apresentam-se, em primeiro lugar, como mães, só depois descrevendo a sua profissão, sendo muitas as que não o fazem sequer.

Os autores masculinos revelam-se bastante distanciados e resguardados relativamente ao seu quotidiano, à sua esfera pessoal e à sua intimidade. As suas apreciações, de carácter generalista e abstracto, prendem-se com o sistema político, as medidas educativas, os calendários lectivos, o estado da educação em geral. Raramente relatam experiências concretas como docentes e praticamente não mencionam as vivências dos alunos. Já nas mulheres, as expressões das suas preocupações com os exames, directamente ligadas à experiência da maternidade, têm mais a ver com o bem ou mal estar que provocam nos filhos e nos seus efeitos em termos de sucessos educativos individuais do que com a qualidade do sistema educativo ou a justiça escolar. Nas mulheres, a escolarização aparece, pois, como um elemento relativo à educação dos filhos e não como um tema genérico sobre o qual valerá a pena reflectir em abstracto; nos homens sucede o inverso.

A excepção corresponde aos blogues assinados por professores do 4º ano de escolaridade (perfil 3), em que estes parecem revelar uma forma de exercer a profissão com forte pendor paternalista. Os seus posts, de conteúdo muito mais afectivo do que analítico - “*boa sorte”*, “*o enunciado do exame de português não era muito difícil*”; “*os alunos estavam tão nervosos mas não havia razão para isso*”; “*correu bem*” – parecem aproximar-se mais dos blogues do perfil 2 do que dos blogues do perfil 1.

O tom em que os posts são escritos varia, mas a diversidade é maior entre os homens do que nas mulheres. Pretendendo sobretudo prestar informações que consideram ser do interesse público ou realizar uma análise das políticas educativas, alguns bloguers masculinos escrevem num tom moderado, apresentando uma perspectiva muito racional, baseada numa argumentação relativamente complexa; outros elaboram registos muito críticos num tom muito mais inflamado ou irónico.

As mulheres, concentradas essencialmente nos seus problemas de índole pessoal ou familiar, apresentam uma argumentação sentimental e expressam-se num tom intimista, em jeito de confidência ou desabafo. O mesmo tom tende a existir nos blogues das mulheres com profissões menos qualificadas que parecem utilizar os blogues como pontes de conexão com outros, também mulheres, para partilharem as angústias existenciais sobre a maternidade e as dificuldades em gerirem a esfera doméstica com as obrigações profissionais. Assim, enquanto os blogues das mulheres se assemelham bastante a diários pessoais, tanto no conteúdo como na forma – grafismo - os blogues masculinos apresentam um aspecto mais sóbrio e um registo próximo dos editorais, crónicas ou artigos de opinião da imprensa escrita de referência.

A proximidade dos blogues masculinos à imprensa «nobre» é também visível no facto de muitos posts comentarem entrevistas políticas previamente apresentadas na televisão ou notícias e acontecimentos divulgados em jornais de referência. Neste sentido, poderemos afirmar que os circuitos de reflexividade produzidos pelos homens a propósito dos exames do 4º ano de escolaridade encontram-se agora alargados à blogosfera, é certo, mas parecem ser construídos em termos equivalentes aos discursos publicados na imprensa escrita de referência (Melo, 2009).

Mesmo circunscrita a um conjunto de indivíduos pertencentes às classes médias urbanas altamente escolarizadas, é possível concluir que a blogosfera abrange um leque mais diversificado de intervenientes do que os media tradicionais, sublinhando-se a presença de outros agentes educativos habitualmente excluídos dos debates públicos sobre educação: os pais e, muito visivelmente, as mães.

Protagonistas de um debate essencialmente genderizado (temáticas, conteúdos, tom e grafismo) e dicotomizado a propósito das vantagens e desvantagens dos exames nacionais do 4º ano, as mulheres/mães revelam-se como novas “criadoras culturais”. Expressando de forma criativa as suas emoções e pensamentos, alimentaram a construção de novas formas de sociabilidade feminina e contribuíram para que o debate sobre os exames tenha adquirido contornos inusitadamente intimistas.

Deste ponto de vista, a blogosfera parece constituir não só um espaço mais alargado de participação política como um meio de comunicação contemporâneo que possibilita expressões subjetivas de género, a afirmação identitária das mulheres e a auto-reflexividade sobre modelos educativos.

* 1. **Posicionamentos face aos exames do 4º ano de escolaridade**

O discurso sobre os exames do 4º ano de escolaridade mediatizado na blogosfera, forçosamente simplificado na argumentação para poder ser recebido por um número alargado de indivíduos, também possui características distintas quando assinado por homens ou por mulheres. Ainda que a linguagem utilizada por todos seja acessível, os posts femininos, ao contrário dos masculinos, apresentam menos a estrutura de um texto clássico – apresentação, desenvolvimento e conclusão - e mais a configuração de pequenos relatos ou notas soltas. Mais ou menos desenvolvidos, mas nunca excessivamente longos, porque destinados a ser consumidos rapidamente, estes registos discursivos parecem dirigir-se preferencialmente a leitores que possuem um conhecimento prévio dos gostos, atitudes e opiniões da autora, sendo, portanto, menos óbvios em termos da clarificação das suas posições ideológicas.

Os posicionamentos relativamente aos exames, ao contrário do que se poderia pensar, não se apresentam, deste modo, apenas em tons de preto e branco, *i.e.*, “a favor” ou “contra”, havendo uma diversidade de nuances entre ambos (Quadro 3).

**Quadro 3 – Posicionamentos relativamente aos exames do 4º ano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **N** | **%** |
| **A favor** | 16 | 14,2 |
| A favor mas... | 8 | 7,2 |
| Parece a favor | 11 | 9,9 |
| **Contra** | 45 | 40,5 |
| Parece ser contra | 11 | 9,9 |
| Não se posiciona nem a favor nem contra | 20 | 18,0 |
| **Total** | 111 | 100,0 |

Constata-se, então, que é mais elevado o número dos posicionamentos com reservas à existência dos exames do que aqueles que lhes são favoráveis ou tendem para isso. Se descontarmos os 18% de posts que não se posicionaram “*nem a favor nem contra*”, uma vez que apenas respeitam a informações sobre os exames (datas dos exames; enunciados e critérios de correcção) sem quaisquer comentários, verificamos que no debate da blogosfera estes posicionamentos desfavoráveis atingem os 50%, ao passo que os defensores rondam os 32%.

**Professores e mães: a ideologia contra o pragmatismo?**

O cruzamento do posicionamento ideológico dos posts com o perfil do blogue e o tipo de actor educativo em causa (quadro 4) evidenciou que são essencialmente os homens, na qualidade de professores ou especialistas da educação, que claramente se manifestam contra a existência de exames, enquanto as mulheres, na sua condição de mães, se expressam tendencialmente a favor.

**Quadro 4 - Posicionamento face aos exames, por perfil do blogue e por tipo de actor educativo**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Perfil do blogue** | | | | **Tipo de actor educativo** | | | | | **Total** |
| Perfil 1 | Perfil 2 | Perfil 3 | Perfil 4 | Mãe | Pai | Professor | Especialista da educação | Outros |
| **A favor** | 5 | 8 | 0 | 3 | 8 | 3 | 3 | 0 | 2 | 16 |
| A favor mas... | 4 | 4 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 0 | 8 |
| Parece a favor | 3 | 7 | 1 | 0 | 8 | 2 | 1 | 0 | 0 | 11 |
| **Contra** | 39 | 4 | 0 | 2 | 7 | 0 | 18 | 17 | 3 | 45 |
| Parece ser contra | 5 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 10 | 0 | 1 | 11 |
| Nem a favor nem contra | 12 | 5 | 2 | 1 | 3 | 3 | 14 | 0 | 0 | 20 |
| **Total** | 68 | 28 | 3 | 12 | 30 | 8 | 50 | 17 | 6 | 111 |

A ideia de que muitos professores poderiam concordar com a introdução dos exames enquanto instrumentos de promoção da qualidade, rigor e exigência dos processos de ensino-aprendizagem, tal como tem vindo a ser defendido pela tutela política, não só não encontra eco nos que participam na blogosfera, como é vivamente rebatida: “*Uma criança de 9 anos aprende melhor porque vai fazer um exame? Há alguém que tenha estudado, investigado a sério, que sustente que um aluno aprende melhor porque no final do ano irá realizar um exame nacional? Não me parece.* (…) *Serve essencialmente para medir, por referência a uma norma, a quantidade (mais que a qualidade) dos conhecimentos que um aluno tem num determinado momento da sua vida. Será isto o mais importante para estas crianças? (...) É para mim evidente que há uma intenção por trás desta realidade*” (Perfil 1/blogue 16, post 1).

Em contrapartida, e igualmente ao contrário do que se poderia esperar, apesar de as famílias denunciarem as pressões acrescidas que sentem para ajudar as crianças a desempenharem de forma mais eficaz o seu ofício de aluno, apresentam-se maioritariamente a favor dos exames: “*Se a criança fica traumatizada por ser avaliada?* (…) *Oh, por favor, minha gente, as crianças são avaliadas desde que nascem ("Já tem nove meses e ainda não canta o Frére Jacques?"), o mundo é assim, nunca ninguém morreu por testar os seus conhecimentos.”* (Perfil 2/blogue 23, post 1).

Mais preocupadas com a garantia de que os filhos tenham bons resultados e lidem positivamente com o seu processo de escolarização, a maioria das mulheres/mães toma, no entanto, posições mais complexas emocionalmente e menos claramente definidas: *“os exames nacionais são importantes, sim, mas também acho que não devemos focar toda a nossa atenção apenas num momento lectivo nem devemos transmitir às nossas crianças que o resultado final depende apenas desse momento.”* (Perfil 2/ blogue 28, post 1).O que parece ser importante não é tanto discutir se os exames devem ou não existir, mas saber *como actuar* perante esta realidade e *como conseguir* que os seus filhos obtenham os melhores resultados possíveis perante um facto político consumado.

Já os docentes do ensino secundário e superior mostram-se sobretudo atentos à necessidade de a escola apostar na formação integral dos indivíduos e nas diferentes dimensões do processo de ensino-aprendizagem, recusando, por isso, admitir que os resultados da complexidade do processo educativo se possam resumir à quantificação de um conjunto de conhecimentos de carácter meramente cognitivo.

Curiosamente, os professores do 1º ciclo de ensino (perfil 3) denotam ter uma atitude aparentemente resignada com a implementação dos exames no 4º ano de escolaridade, não avançando argumentos ou não se pronunciando a este respeito, pois limitam-se a postar algumas informações que dão conta do funcionamento normal da escola no dia em que os alunos efectuaram os exames.

Finalmente, quanto às autoras dos blogues do perfil 4 há um menor número das que se posicionam a favor do que das que criticam os exames e *parecem ser* desfavoráveis a esta medida política.

* 1. **Concepções sobre escola, crianças e dinâmicas familiares**
     1. **Que escola pública?**

Os principais argumentos invocados pelos bloguers para defenderem os exames ou para os criticarem enquadram-se num pano de fundo ideológico que alimenta esta contenda e poderá resumir-se, em termos simples, aos valores que cada agente educativo (políticos, professores e pais) defende para se promover uma *escola justa e eficaz* (Dubet, 2005; Crahay, 2000).

Partindo da ideia de que a “*escola pública está em crise*”, por estar sujeita a “*contínuas mudanças legislativas*”, os bloguers opositores aos exames denunciam a “*sobrelotação das turmas*”, a existência de “*metas curriculares desadequadas*”, os efeitos de “*políticas educativas desastrosas no desânimo dos professores, alunos e famílias*”, a “*inexistência de políticas educativas dirigidas às crianças com necessidades educativas especiais*” e a “*necessidade de apoios ao longo de todo o ano lectivo e não apenas perto dos exames*”, insurgindo-se, assim, contra os exames. Entendendo que estes “*não são garantia de qualidade dos resultados*” porque tratam a escolarização como se esta fosse equivalente a uma “*competição desportiva*”, “*estão centrados em produtos e numa avaliação sumativa que é redutora*”, vieram “*perturbar o funcionamento regular das escolas*” e revelam um “*despesismo supérfluo e inútil*”, estes produtores de opinião parecem valorizar essencialmente o princípio da “justiça correctiva” (Crahay, 2000) ou “igualdade distributiva de oportunidades” (Dubet, 2005).

Os defensores dos exames contrapõem a concepção de que “*é fundamental garantir-se uma aquisição mínima e obrigatória de conhecimentos a todos os alunos*”, vendo-os como um bom instrumento para o efeito porque “*permitem aferir os conteúdos que os alunos devem possuir*”. Advogam que é essencial “*garantir-se uma avaliação igual para todos*” e que “*os exames garantem a melhoria e qualidade das aprendizagens*”, considerando que potenciam “*o rigor, exigência e responsabilidade*” e a possibilidade de “*recuperar alunos com insucesso*” – são “*um momento de avaliação como qualquer outro na vida curricular de um estudante*”. Parecem, assim, privilegiar o princípio da “igualdade meritocrática de oportunidades” (Dubet, 2005) no processo de construção de um sistema educativo mais justo.

Neste debate de princípios filosóficos estão, pois, em causa, distintas concepções sobre o papel da escola pública e diferentes crenças sobre as (des)vantagens de se praticar uma avaliação mensurável baseada em exames finais, idênticas às que têm vindo a acompanhar o surgimento e desenvolvimento da escola pública moderna democrática.

3.3.2. **Que crianças?**

Estreitamente associados ao processo de escolarização dos alunos, circularam na blogosfera outros argumentos que se prendem com os modos como cada actor social conceptualiza as crianças no seu processo educativo.

A propósito das condições de realização dos exames - o uso obrigatório de canetas pretas e a assinatura obrigatória de um compromisso relativamente à utilização de telemóveis -, os pontos de vista voltaram a polarizar-se entre quem evidencia uma forte nostalgia sobre a sua própria experiência escolar baseada em memórias de infância gratificantes, não compreendendo o “alarido” feito em torno desta regulamentação e vendo-a como positiva, e aqueles que consideram que esta evoca os tempos nefastos do Salazarismo, condenando a utilização destes símbolos e a imposição “absurda” destas regras.

Subjazem a esta discussão duas visões distintas sobre as crianças: a) a criança como um ser *competente, autónomo e responsável* (Corsaro, 1997) no seu “ofício de aluno” (Perrenoud, 1995), em contraposição à ideia de “criança-rei” (Singly, 2004); b) a criança como um ser *inocente, vulnerável e dependente* (Ariès, 1978) que, não deixando de ser uma “criança-aluno”, deve ser tratada preferencialmente como uma “criança-criança” (Sirota, 2006).

Os que advogam a primeira concepção, lamentam a “*ausência de regras e falta de autoridade*” na educação dos petizes, argumentando que as crianças não só “*têm de ser educadas com responsabilidade*”, como devem aprender a “*valorizar da noção de honra e compromisso*”. Criticam também o excessivo paternalismo e ansiedade paternal. A ironia relativamente aos possíveis traumas que os exames possam causar nas crianças constitui o tom dominante: “*Desde que chegou a casa mantive-me atento e vigilante. Até ver, nada. Será esta aparente normalidade um sinal de que algo de muito grave se passa? Se isto continuar assim, sem que nada aconteça, levo-a ao médico. Afinal de contas, já passaram mais de vinte e quatro horas desde que a Leonor fez o exame de Matemática do 4º ano. E todos sabemos que isso só pode ter provocado sequelas traumáticas*”. (Perfil 2/ blogue 9, post 2);

Os defensores da segunda concepção de criança privilegiam a atenção e o afecto a que estas têm direito, invocando os efeitos maléficos dos exames no seu desenvolvimento, o “*desfasamento entre o que sabem e o que é avaliado*” e a pressão psicológica excessiva e precoce a que são submetidas por serem expostas a uma experiência excessivamente impessoal, formal e estranha: “*Pobres crianças, do tamanho do chão, a serem submetidas a provas, muitas vezes longe das suas escolas de origem, em ambiente totalmente estranho, com professores desconhecidos… tratadas como se fossem pequenos adultos, homens pequenos e mulheres pequenas*” (Perfil 1/ blogue 1, post 3).

* + 1. **Que dinâmicas familiares?**

Tal como as visões de infância apresentam diversas nuances, as práticas educativas familiares reflectidas pelas famílias, sobretudo pelas mães que participaram na blogosfera, revelam variações.

A maioria dos posts publicados pelas mães evidencia que os exames *contaminam* a vida das suas famílias, pedagogizando (Vieira, 2005) e curricularizando (Erickson & Larsen, 2002) o quotidiano destes núcleos familiares urbanos e muito escolarizados, traduzindo uma “*boa vontade escolar*”, eventualmente muito próxima do *ethos* profissional da classe docente. Porém, longe de ser vivida de forma pacífica, esta situação parece ser potencialmente geradora de tensões para as próprias mães, entre estas e os filhos ou entre o casal.

Nos discursos das mães difundidos na blogosfera permanece latente uma forte ambiguidade: parece estar em causa uma dissonância entre, por um lado, a concepção de que as crianças, num “mundo ideal” enquanto seres autónomos com capacidade para se “auto-disciplinar e auto-regular”, deveriam permanecer num estado de inocência relativamente ao mundo competitivo dos adultos e, por outro, a constatação de que na “vida real” é importante prepará-las “para a vida” de modo “rigoroso e exigente”. Entre protegerem os seus filhos das agruras de um ofício que pode ser precocemente pesado, deixando-os experienciar “livremente” a sua condição de “crianças-crianças” ou forçarem-nos a ser essencialmente “alunos-crianças” para conseguirem atingir bons resultados académicos, as mães (e alguns pais) da blogosfera parecem, *na prática*, fazer pender o fio da balança para as atitudes educativas que valorizam esta última vertente, ainda que a contragosto.

Por outro lado, a alegria e o entusiamo que evidenciam nos seus posts, ao anunciarem os bons resultados escolares obtidos pelos filhos, parecem ser reveladores de como esta aposta numa escolarização bem sucedida dos filhos decorre de um árduo processo, no qual se envolvem bastante: “*Este final de ano foi dose, aliás são todos, mas este em particular custou-me muito. Parecia não mais ter fim. (…) por um lado o puto no 4.º ano teve exames nacionais que implicaram trabalhos dobrados e muito estudo (...) tal como era de esperar teve muitos boas notas, passando* (…) *para o 5.º ano com distinção.* (Perfil 2/ blogue 25, post 5).

De facto, as mencionadas elevadas classificações escolares parecem dever-se não apenas ao esforço, empenho e trabalho realizado pelas crianças, como ao esforço, empenho e trabalho das próprias mães e, nessa medida, compreende-se bem por que motivo as [classificações dos exames](http://vidademulheraos40.blogspot.pt/2014/06/resultados-exames-4-ano.html) do 4º ano lhes provocam “*um turbilhão de emoções*” e as fazem sentir uma “*ENORME* [*felicidade*](http://vidademulheraos40.blogspot.pt/search/label/felicidade)” (Perfil 2/blogue 30, post 4).

De acordo com os posts das bloguers, a receita para estes finais de ano felizes incide na valorização da existência de regras e na criação de hábitos de estudo e de trabalho regulares, mas o ingrediente que parece ser essencial assenta no grande esforço colectivo em torno das actividades escolares, que toda a família, liderada pelas mães, efectua ao longo de todo o ano, ou seja, períodos lectivos, fins-de-semana e, nalguns casos, até nas férias. Ora, na prática, isso significa que estas progenitoras prescindiram do seu próprio tempo livre e da sua própria vontade em serem “apenas” mães de “crianças-crianças”, muitas vezes contra a opinião do próprio cônjuge, que aparenta, em contrapartida, uma atitude bastante menos interventiva face ao desempenho no estudo por parte dos filhos. Dada esta dimensão de esforço e trabalho intenso desenvolvido pelas próprias mães, não estaremos perante um processo que as transforma também, e não apenas às crianças, em verdadeiras “operárias da escolarização”?

O intenso ritmo de trabalho quotidiano a que as crianças são actualmente condenadas (Vieira, 2005), que não é objecto de questionamento por ser justificado como “escolarmente útil” (p.538), implica por parte destas mães vigiar e acompanhar contínua e atentamente os tempos escolares dos filhos e preencher grande parte dos seus tempos livres com actividades pedagógicas e curriculares. No entanto, isto também gera tensões: nalgumas famílias tal decorre de um “excesso de zelo” dos progenitores, noutras serão os próprios filhos que vivenciam a sua condição de alunos de forma ansiosa e perfeccionista.

Esta “*boa vontade escolar*” poderá revelar-se penosa para algumas mães que prescindindo conscienciosamente dos tempos livres familiares, em nome do bem-estar emocional e escolar dos filhos, não deixam de se lamentar: “*Há umas semanas comecei a notá-lo nervoso, preocupado e até ansioso com o assunto. Resultado, a pedido do Manuel e com o meu acordo para o ajudar a sentir mais confiança, acabei por comprar mais um manual de preparação que ele já completou quase na totalidade e sem grandes dificuldades. O fim-de-semana foi de muito estudo.* (...) *Custa-me tanto estes fins-de-semana em que não podemos aproveitar mais o solinho e o tempo bom que faz lá fora*.” (Perfil 2/blogue 25, post 1).

Este processo de contaminação do quotidiano familiar pode, porém, ser vivido de forma diferente noutros casos, sendo aí determinante o papel dos pais para assegurar que os filhos, desejosos de ocupar os seus tempos com actividades lúdicas e recreativas próprias das “crianças-crianças”, assumam o trabalho escolar como a sua principal preocupação e aprendam a desempenhar um ofício que (ainda) não os seduz.

Os modos como é exercida esta vigilância atenta dos pais apresentam, ainda assim, variações. Nalgumas situações, a forte atenção concedida aos estudos das crianças será efectuada por pais que não hesitam em assumir o seu papel de *treinadores de filhos-alunos*, mesmo que isso signifique tornar os seus filhos menos “crianças-crianças”: *“(…). Pusemo-la a trabalhar muito. Ajudámos nos estudos. Explicámos e exigimos. Com muita conversa, explicações e por fim chantagem: se não estudasse não ia às festas de aniversário dos amigos do colégio, para as quais ainda era convidada. Lá conseguimos que cedesse (...)”* (Perfil 2/ blogue 30, post 4).Noutras,essa atenção parece ser mais marcada por uma “*boa vontade cultural*” (Bourdieu, 1979), dadas as preocupações com a cultura escolar e com a cultura erudita em geral - a criança é tida como um “sujeito cultural” (Chamboredon & Prévot, 1982) -, o que requer o compromisso entre ser mãe de “criança-aluno” e mãe de “criança-criança”. A vigilância e a orientação escolar dos filhos são acompanhadas por uma forte estimulação cultural nos tempos de lazer, havendo também lugar a experienciar somente os sentidos e as possibilidades de serem “crianças-crianças”: “*Há que suar as estopinhas (...), não só no estudo acompanhado, mas utilizando os momentos em família para jogos e discussões interessantes sobre os mais variados assuntos. Como é que os miúdos hão-de formar um imaginário rico o suficiente para escreverem composições criativas se não lêm livros variados, não vão a museus, não falam com pessoas de diferentes idades e contextos sociais, não rebolam na erva e exploram matas e florestas, não conhecem ambientes bucólicos e cosmopolitas?*” (Perfil 2/blogue 26, post 5).

Em grande medida, estes modelos educativos, muito colados à cultura escolar, podem ser justificados pelo facto de termos analisado representações de um conjunto muito específico da população, famílias das classes médias urbanas muito escolarizadas, que tradicionalmente têm apostado na escolarização dos seus descendentes, através de múltiplas estratégias, como meio de garantir a sua posição social (Bourdieu & Passeron, 1985; Diogo, 1998; 2008; Dubet, 2005; Nogueira, 2000; Sebastião, 2007/08; Van Zanten, 2009, Vieira, 2003). Neste sentido, poderão constituir sinais claros da emergência da “parentocracia” educacional (Van Zanten, 2007; Nogueira, 2012), em processos de escolarização cada vez mais precoces.

No entanto, o facto de as mães nem sempre se posicionarem de forma clara e unívoca relativamente aos modelos ideais tipo “criança-criança” e “criança-aluno”, construindo lógicas compósitas de justificação das suas concepções e acções, demonstra como o exercício desta parentocracia poderá albergar tensões e está longe de se basear num modelo educativo “escorreito” e, supostamente, realizado por “osmose” (Bourdieu & Passeron, 1985). Se, por um lado, reconhecem o poder da escola para definir o destino social dos filhos e assumem a necessidade de se obterem elevadas performances escolares, estas mães não deixam de evidenciar receios acrescidos relativamente aos efeitos dos exames no desenvolvimento dos seus filhos. Conscientes de que as suas crianças deveriam ser mais protegidas e desenvolvidas enquanto “crianças-inocência”, lamentam como a omnipresença da escola no seu quotidiano as impele a desempenharem essencialmente o papel de educadoras/(treinadoras?) de crianças-alunos.

A ideologia antiautoritária do maio de 68, reforçada pela difusão das ideias psicológicas sobre o desenvolvimento da criança, destituiu os pais da legitimidade de fazerem uso das ferramentas tradicionais de educação; sem estas, o imperativo da aquisição de capital escolar, cada vez mais forte, deve agora ser cumprido respeitando a personalidade da criança (Singly, 2000). A atenção dada ao desenvolvimento integral e equilíbrio psicológico da criança, por um lado, e ao seu sucesso escolar, por outro, como explica Singly (2000), constituem duas expetativas sociais essenciais em relação à infância, radicadas em princípios contraditórios (cooperação e concorrência), que se impõem hoje como as duas normas, em permanente tensão, nas quais assenta o papel dos pais, procurando estes conciliá-las de formas variáveis: uns privilegiam a dimensão pessoal, outros a escolar, sem excluírem nenhuma. Esta dualidade antecipa e articula-se com a complexidade do conceito de indivíduo nas sociedades contemporâneas, assente em duas formas de individualidade: o “indivíduo que se forjou pelo seu mérito” e o “indivíduo que é ele próprio” (Singly, 2000, p. 183). Num contexto de crescente “parentocracia”, em que a mobilização das famílias em relação ao sucesso escolar se intensifica, na sequência da desvalorização dos diplomas e das dificuldades inerentes à transição da escola para o emprego, a tensão entre os dois princípios coloca-se de forma mais acutilante e bem cedo na educação familiar (Singly, 2000).

1. **Considerações finais**

A introdução de exames no 4º ano de escolaridade em Portugal gerou um debate na blogosfera que tem permanecido desde que a medida foi anunciada em 2012. Embora a discussão se tenha revelado circunscrita do ponto de vista sociocultural, só nela participando indivíduos que desempenham profissões intelectuais e científicas, na maioria, professores, ela abrangeu um leque mais alargado de intervenientes do que aconteceria nos media tradicionais, e permitiu aceder às vozes dos pais, particularmente das mães.

A análise do perfil dos blogues revelou contornos essencialmente genderizados, assentes em oposições de tons, formas e temáticas que se refletiram em posicionamentos distintos face aos exames do 4º ano de escolaridade. A grande maioria dos professores manifestou-se contra os exames, enquanto os pais, particularmente as mães, eram favoráveis. A estes posicionamentos subjazem diferentes conceções acerca das crianças - *criança competente, autónoma* *e responsável*, *criança inocente, vulnerável e dependente e criança-rei* - nas quais se combinam diversamente os ofícios de criança-criança e criança-aluno.

A análise dos blogues sugere ainda que, nas dinâmicas familiares das classes médias urbanas escolarizadas que participam na blogosfera, a apropriação dos exames se tem traduzido numa maternalização deste fenómeno: as mulheres, porta-vozes de uma parentocracia exercida em processos de escolarização cada vez mais precoces, parecem ter naturalizado a existência dos exames ~~e~~ incorporando como seu o dever de garantirem o sucesso escolar e o bem-estar emocional dos filhos.

Esta maternalização expressa-se numa intensificação da pedagogização e curricularização do quotidiano familiar, desencadeada mais por força das mães ou mais por iniciativa das próprias crianças, através de atitudes mais próximas de um modelo de “boa vontade escolar” ou “boa vontade cultural”.

Independentemente das tensões acerca do papel determinante das mães (ser mãe de criança-aluno ou ser mãe de criança-criança) e/ou das crianças, os momentos que antecedem a preparação para os exames contaminam totalmente a vida familiar, sendo vividos por todos com uma elevada carga emocional que sublinha a importância que a escola e o sucesso escolar atingiram na contemporaneidade.

**Referências bibliográficas**

Afonso, A. J. (1998), *Política educativa e avaliação educacional,* Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, IEP.

Antunes, F. (2001), “Os locais das escolas profissionais: novos papéis para o estado e a europeização das políticas educativas”, em S. R. Stoer, L. Cortesão e J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da Educação*, Porto, Afrontamento, pp. 163-208.

Antunes, F., e V. Sá (2010), *Públicos escolares e regulação da educação*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão.

Ariès, P. (1978), *História da criança e da família,* Rio de Janeiro, Zahar.

Bourdieu, P. (1979), *La distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1993), *La misère du monde*, Paris, Éditions du Seuil.

Bourdieu, P., e J.-C. Passeron (1985), *Les héritiers,* Paris, Éditions Minuit.

Chamboredon, J.-C., e J. Prèvot (1982), “O ofício da criança”, em S. Stoer e S. Grácio (Orgs.), *Sociologia da educação – I*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 51-77.

Corsaro, W. (1997), *Sociology of Childhood*, London, Pine Forge.

Crahay, M. (2000), *Poderá a escola ser justa e eficaz?*, Lisboa, Instituto Piaget.

Diogo, A. M. (1998), *Famílias e escolaridade*, Lisboa, Edições Colibri.

Diogo, A. M. (2008), *Investimento das famílias na escola*, Lisboa, Celta Editora.

Dubet, F. (2005), *La escuela de las oportunidades. Qué es una escuela justa?,*  Barcelona, Editorial Gedisa.

Erickson, K., e G. Larsen (2002), “Adults as resources and adults as burdens. The strategies of children in the age of school-hime relations”, emR***.*** Edwards (Org.), *Children, home and school, regulation, autonomy or connection?*, London, Falmer Press, pp. 92-105.

Eurydice (2010), *Exames nacionais de alunos na Europa*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação.

Justino, D., Pascueiro, L., Franco, L., Santos, R., Almeida, S., e S. Batista (2014), *Atlas da educação. Contextos sociais e locais de sucesso e insucesso: Portugal 1991-2012*, Lisboa, CESNOVA.

Kaufmann, J.-C. (1996), *L’Entretien compréhensive*, Paris, Nathan.

Magalhães, A. M., e S. Stoer (2002), *A Escola para todos e a excelência académica*, São Paulo, Editora Cortez.

Martins, M. F. S. (2011), “Os rankings das escolas em Portugal: explorando alguns dos seus efeitos”, *Revista Eletrônica de Educação*, 5(1), pp. 91-109. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br.

Melo, M. B. P. (2005), “Os circuitos da reflexividade mediatizada: apresentação de dados preliminares”, *Análise Social*, 40(176), pp. 595-617.

Melo, M. B. P. (2009), *Os Professores do ensino secundário e os rankings escolares,* V. N. Gaia, F. Manuel Leão.

Neto-Mendes, A. A. (2014), “O sistema escolar e o ‘sistema educativo na sombra’ (explicações). Que relações?”, em L. L. Torres e J. A. Palhares (Orgs.), *Entre mais e melhor escola em democracia,* Lisboa, Mundos Sociais, pp.133-153.

Neves, T., Pereira, M. J., e G. Nata (2014), “Head teachers' perceptions of secondary school rankings. Their nature, media coverage and impact on schools and the educational arena”, *Education as Change*, 18(2), pp. 211-225.

Nogueira, M.A. (2000), “A construção da excelência escolar: um estudo de trajectórias feito com estudantes universitários provenientes das classes médias intelectualizadas”, em M. A. Nogueira, G. Romanelli e N. Zago (Orgs.), *Família e escola. Trajectórias de escolarização em camadas médias e populares,* Petrópolis, Vozes, pp. 125-154.

Nogueira, M.A. (2012), “Um tema revisitado. As classes médias e a educação escolar”, em J. Dayrell; M. A. Nogueira, J. M. Resende e M. M. Vieira (Orgs.), *Família, Escola e Juventude,* Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 110-131.

Palhares, J. A. (2014), “A excelência académica na escola pública”, em L. L. Torres e J. A. Palhares (Orgs.), *Entre mais e melhor escola em democracia*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 5-26.

Perrenoud, P. (1995), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar,* Porto, Porto Editora.

Saperas, E. (1993), *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto, Edições ASA.

Sebastião, J. (2007/2008), “Família, estratégias e percursos educativos”, *Sociologia,* 17/18, pp. 281-306.

Singly, F. (2000), *O Eu, o casal e a família*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Singly, F. (2004), *Enfants. Adultes: vers une egalité de status?*, Paris, Universalis.

Sirota, R. (2006), “Petit objet insolite ou champ constitué? La sociologie de l’enfance estelle encore dans les choux?”, em R. Sirota (Org.), *Éléments pour une sociologie de l’enfance*, Rennes, P.U.R, pp. 13-34.

Teodoro, A. (2001), “Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional ou uma globalização de baixa intensidade”, em S. R. Stoer, L. Cortesão e J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da educação*, Porto, Afrontamento, pp. 126-162.

Torres, L. L. (2014), “A ritualização da distinção académica”, em L.L. Torres e J. A. Palhares (Orgs.), *Entre mais e melhor escola em democracia*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 27-47.

Van Zanten, A. (1996), “Stratégies utilitaristes et stratégies identitaires des parents vis-à-vi de l´école: une relecture critique des analyses sociologiques”, *Lien Social et Politique*, 35, pp. 125-136.

Van Zanten, A. (2007), “La montée de la “parentocratie*”*. *XYZep*, 27, p. 3.

Van Zanten, A. (2009), *Choisir son école. Stratégies familiales et médiations* *locales*, Paris, PUF.

Vieira, M. M. (2003), *Educar herdeiros,* Lisboa, Gulbenkian.

Vieira, M. M. (2005), “O lugar do trabalho escolar. E entre o trabalho e o lazer?”, *Análise Social*, 40(176), pp. 519-545.

Wolf, M. (1995), *Teorias da comunicação,* Lisboa, Editorial Presença.

1. Esta pesquisa insere-se no âmbito de um projecto mais vasto, intitulado *De pequenino se torce o menino: efeitos dos exames nacionais no quotidiano das crianças do 1º ciclo,* em que se analisam outras fontes de informação: artigos da imprensa de referência, estatísticas oficiais sobre a escolarização no 1º ciclo, entrevistas aprofundadas a professores, pais e alunos, bem como observações de momentos do quotidiano familiar e escolar. [↑](#footnote-ref-1)
2. Após Maio de 2015 continuavam a surgir posts sobre os exames já realizados e novos comentários aos posts anteriores. [↑](#footnote-ref-2)
3. Ainda que sejam mais os homens do que as mulheres a acrescentarem outras informações ao seu perfil, como a localidade, profissão e qualificações académicas, muitos autores optam pelo anonimato. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ver nota anterior. [↑](#footnote-ref-4)